

# Pequeno banco dos EUA ameaça todo o Terceiro Mundo

Tamar Lewin

The New York Times

**A** PESAR de todos os problemas nos últimos anos quanto aos bilhões de dólares em empréstimos a países subdesenvolvidos, que agora não possuem os recursos para pagá-los, as disputas têm sido mantidas dentro da comunidade bancária — e fora dos tribunais.

Tornou-se claro à maioria dos bancos envolvidos que, como disse Benjamin Franklin, se não mantivessem a união iriam se danar separadamente. O resultado disto é que os grandes bancos, que fizeram os empréstimos, e os bancos menores, que contribuíram com parcelas das somas emprestadas, têm trabalhado em conjunto para evitar a inadimplência dos devedores, concedendo-lhes repetidas extensões dos prazos para o pagamento de suas dívidas.

Porém, recentemente um dos pequenos bancos deixou o grupo e levou sua reclamação à Justiça. Se esta rebeldia for bem-sucedida, todo o processo de reescalonamento das dívidas dos países subdesenvolvidos poderá ficar em perigo.

"Se o mundo não continuar com o reescalonamento das dívidas, todo o castelo de cartas vai cair", declara Marlene Alva, uma advogada que participa do reescalonamento das dívidas dos países da América Latina. "Até agora tem sido notável que, em todo este processo de reescalonamento, as pessoas não tenham recorrido aos tribunais. Tem havido um consenso de que o interesse de

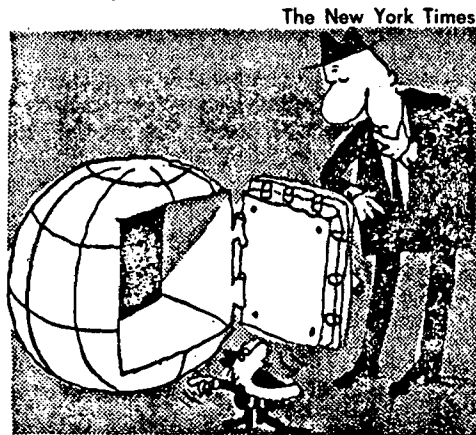
todos está numa forma para a reestruturação das dívidas".

O rebelde é o Michigan National Bank of Detroit, que está processando o Citibank por rompimento de contrato na rolagem de um empréstimo de 5 milhões de dólares a uma empresa mexicana. Se o Michigan National ganhar sua ação, afirmam os banqueiros, outros pequenos bancos que participam de empréstimos ao exterior que enfrentam problemas poderiam ser tentados a pedir, aos bancos líderes destes sindicatos de empréstimos, que assumam suas parcelas das dívidas ou insistam no pagamento delas, assim levando os devedores à inadimplência.

"Até agora tem havido uma cooperação surpreendente e é importante que ela continue existindo", assegura Francis D. Logan, um advogado dos bancos. "Se um banco puder dizer *quero sair desta*, ou *estou fora desta*, será extremamente difícil renegociar estes acordos, que considero muito importantes para a economia mundial".

Os 5 milhões de dólares em questão, exigidos pelo Michigan National, constituem parcela de um empréstimo de 45 milhões de dólares feito pelo Citibank à Petroleos Mexicanos (Pemex), o monopólio estatal mexicano do petróleo. Usando o que é conhecido como acordo de participação, o Citibank passou a maioria das parcelas deste empréstimo a outros bancos menores, como o Michigan National, que não possuem recursos para fazerem suas próprias avaliações de risco de possíveis credores externos.

O acordo de participação, um instrumento freqüentemente empregado pelos banqueiros para dividir seus riscos, não dá aos pequenos bancos um relacionamento direto com o



credor, no caso a Pemex. Assim, o organizador do empréstimo se compromete a pagar as parcelas dos pequenos bancos participantes, assim que receber o pagamento do empréstimo.

O problema começou quando se tornou claro que, como muitos dos outros devedores assolados pela recessão mundial, a Pemex não possuía o dinheiro para pagar, em tempo hábil, o empréstimo feito pelo Citibank e iria precisar de uma extensão de prazo para pagar o principal.

Três vezes o Citibank concedeu à Pemex a extensão de prazo pedida, depois de primeiro obter o consentimento de todos os bancos participantes do grupo, conforme o exigido pelo acordo de participação. Porém, na quarta vez em que foi pedida uma prorrogação de prazo, o Michigan National não concordou e

exigiu que o Citibank lhe pagasse sua parcela, os 5 milhões de dólares, na data combinada para a liquidação do empréstimo — 26 de julho.

Isto deixou o Citibank num dilema: não poderia exigir o pagamento da Pemex sem se arriscar à inadimplência mexicana, o que teria consequências drásticas não só para o México, mas também para o Citibank, uma empresa bancária profundamente envolvida com empréstimos feitos no exterior.

Por outro lado, o Citibank não poderia reescalonar todos os 45 milhões de dólares contra a vontade do Michigan National, uma vez que o acordo de participação prevê que o Citibank não prorrogaria o empréstimo sem o consentimento dos bancos participantes do grupo.

Assim, o Citibank não prorrogou o empréstimo nem cobrou-o. Em vez disto, diz o banco, prorrogou o pagamento de 40 milhões do pacote de 45 milhões de dólares do empréstimo. Enquanto isto, os 5 milhões de dólares restantes estão numa espécie de limbo jurídico.

Apesar do Citibank não ter reescalonado oficialmente aquela parcela do empréstimo, *de facto* prorrogou-a, uma vez que ninguém exigiu seu pagamento, e a Pemex continua a fazer os mesmos pagamentos de juros que realizava antes da data marcada para a liquidação do empréstimo. (Sob os termos da rolagem da dívida, os bancos que concordaram com a prorrogação do prazo para o pagamento estão recebendo mais 0,5% de juros sobre suas cotas).

O Michigan National não ficou satisfeito

com este arranjo e, no começo de agosto, entrou com uma ação contra o Citibank no Tribunal Federal de Detroit.

"Parece que, sob os termos deste acordo de participação, montado pelo próprio Citibank, ou ele cobra a dívida por nós ou nos deixa cobrar o que nos devem", argumenta Fred. J. Romanoff, vice-presidente administrativo do Michigan National.

Este processo parece ser o primeiro de seu tipo e, para os banqueiros e advogados envolvidos em empréstimos internacionais, trata-se de uma questão que causa grandes preocupações. Apesar de ser necessário algum tempo para o julgamento do caso, muitos bancos já tomaram esta ação como um aviso para rever seus próprios acordos de participação em empréstimos.

"Os banqueiros e os advogados dos bancos vão tirar lições do que está acontecendo", declara Logan. "Tanto a mais complexa sindicalização, quanto o mais simples acordo de participação sem dúvida serão modificados, na direção de uma maior elaboração."

A maioria dos acordos de participação são simples documentos preparados pelos advogados dos bancos. Em contraste com as mais complexas sindicalizações de empréstimos, a maior parte dos acordos de participação não é preparada tendo em vista a cobertura de todas as contingências possíveis para o caso de futuros processos.

"Nesta área há muito pouca legislação, muito poucos precedentes", comenta Marlene Alva. "Os acordos não foram assinados com este tipo de contingência em mente. De agora em diante isto precisará ser feito".